

O imaginário social e território no distrito de José Gonçalves - BA

El imaginario social y territorio en José Gonçalves distrito - BA

The imaginary social and territory in José Gonçalves district - BA

Givaldo Vieira de Sousa

Professor Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS.
Especialista em Gestão de Recursos Hídricos - UFSB.
Pesquisador do Núcleo de Estudos e Elaboração de Projetos Institucionais - NEPI da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.
Rua da Barragem, 393, Guarani
CEP 45.035-070 - Vitória da Conquista - Bahia, Brasil.
givaldovs@yahoo.com.br

Wagnervalter Dutra Júnior

Professor da rede pública estadual da Bahia.
Especialista em Ciências Ambientais - UFSB.
Avenida Frei Benjamim, 2254, Brasil.
CEP 45.025-101 - Vitória da Conquista - Bahia, Brasil.
wagnervalter@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho foi mostrar a relação entre o imaginário social e a concepção de território no distrito de José Gonçalves, bem como entender os conflitos, tensões e as forças que governaram o processo de organização espacial no município de Vitória da Conquista em relação aos seus distritos, em especial José Gonçalves. Ficou estabelecida a contradição entre os habitantes do distrito e o poder político instituído da época, que girou em torno do plebiscito realizado em 1984 para decidir pela sua emancipação. A via de demonstração foi o dizer, expresso pelas aspirações do imaginário da sociedade local, o que configurou o eixo central do presente trabalho. Contrariando o discurso oficial, José Gonçalves possuía uma infraestrutura urbana satisfatória bem como uma localização privilegiada que lhe conferia uma posição de destaque, reunindo todas as condições técnicas para ser elevado para a categoria de cidade. Foi possível identificar no imaginário dos habitantes do distrito estudado a dimensão contraditória do processo de emancipação, bem como perceber o apego do habitante pelo território, o jogo de interesse das autoridades políticas da época e a manipulação por parte da administração local.

Palavras-chave: Imaginário; Imagem; Território; Plebiscito; Memória.

Resumen: El objetivo de este trabajo fue muestra a la relación entre el imaginario social y la concepción del territorio en el distrito de José Gonçalves, así como entender los conflictos, tensiones y las fuerzas que gobernaron el proceso de organización espacial en el distrito municipal de Vitória da Conquista en relación a sus distritos, sobre todo José Gonçalves. Se estableció la contradicción entre los habitantes del distrito y el poder político instituido del tiempo que rodó alrededor del plebiscito logrados para decidir para su emancipación. El camino de la demostración estaba diciendo, expresado por las aspiraciones del imaginario de la sociedad local, lo que configuró el eje central del trabajo presente. Frustrando el discurso oficial, José Gonçalves poseyó una infraestructura urbana satisfactoria así como una situación privilegiada que lo verificó una posición de la prominencia y recoge todas las condiciones técnicas a ser elevadas para la categoría de la ciudad. Era posible identificar en el imaginario de los habitantes del distrito estudiado la dimensión contradictoria del proceso de la emancipación, así como notar la actitudura del habitante para el lugar, el juego de interés de las autoridades políticas del tiempo y la manipulación por parte de la administración local.

Palabras-clave: Imaginario; Imagen; Território; Plebiscito; Memoria.

Abstract: The objective of this work went show to relationship among the imaginary social and the territory conception in José Gonçalves district, as well as to understand the conflicts, tensions and the forces that governed the process of space organization in the municipal district of Vitória da Conquista in relationship to its districts, especially José Gonçalves. It was established the contradiction among the inhabitants of the district and the instituted political power of the time, that it rotated around the plebiscite accomplished to decide for its emancipation. The demonstration road was saying, expressed by the aspirations of the imaginary of the local society, what configured the central axis of the present work. Thwarting the official speech, José Gonçalves possessed a satisfactory urban infrastructure as well as a privileged location that checked it a prominence position, gathering all the technical conditions to be elevated for the city category. It was possible to identify in the imaginary of the inhabitants of the studied district the contradictory dimension of the emancipation process, as well as to notice the inhabitant's attachment for the territory, the game of interest of the political authorities of the time and the manipulation on the part of the local administration.

Keywords: Imaginary; Image; Territory; Plebiscite; Memory.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer a relação entre o Imaginário Social e a concepção do território no distrito de José Gonçalves no bojo do fenômeno analisado, que foi o plebiscito realizado no distrito na década de 1980, que colocou em pauta a possível emancipação do mesmo. Com isso buscou-se revelar as ações da população no dado período, e a espacialidade destas e entender quais as motivações das lideranças políticas e da sociedade que encabeçaram tal movimento, num claro confronto de interesses.

Para atingir tal objetivo se fez necessário recorrer basicamente às instâncias formadoras do Imaginário, a memória coletiva e sua relação com o território.

O distrito em questão, bem como toda a região Sudoeste da Bahia, foi colonizado no contexto dos movimentos de entradas e bandeiras, ocorridos no século XVIII, região conhecida na época como Sertão da Ressaca e que posteriormente foi ganhando outros nomes.

José Gonçalves está localizado no Planalto dos Geraízinhas, distante aproximadamente 25 km da área urbana de Vitória da Conquista e a 5 quilômetros da BR-116 (sentido Vitória da Conquista – Salvador).

As nossas reflexões foram divididas em três momentos: o primeiro destinado à análise do imaginário social em estudos que envolvam as questões concernentes ao território, ressaltando a sua importância na ciência geográfica, sendo assim subdividido: *o imaginário social e as questões territoriais; a importância cotidiana do espaço: as micro-territorialidades do dia-a-dia.*

O segundo momento faz um resgate do imaginário social e a questão territorial no Distrito de José Gonçalves: *Vitória da Conquista: a formação territorial.*

O último momento aborda o plebiscito e processo da emancipação de José Gonçalves no imaginário da população local: *a emancipação de José Gonçalves no imaginário da população local e as Considerações finais.*

A abordagem metodológica deste trabalho se pautou basicamente na memória, no imaginário e no território, entendidos como elementos socialmente construídos e que se inter-relacionam. Portanto, eles não podem ser vistos fora de uma perspectiva de interpenetração recíproca, formando uma complexa rede de relações que se manifestam nas práticas cotidianas de diferentes atores sociais.

É sabida a força que o símbolo sempre exerceu em todas as sociedades, e sempre a serviço de minorias.

Para a realização deste trabalho foi necessário buscar na literatura os autores que tratavam das representações da memória, do imaginário social e do território. Para em seguida responder à questão central do nosso estudo – a relação entre o imaginário, memória e território nas questões relativas à emancipação (almejada) pelos habitantes do distrito. E, também, confirmar ou não a hipótese do peso simbólico na construção do território, que buscamos nas contribuições de Mendes (2000), Teves (1992), Trindade & Laplantine (1997) e Tuan (1983) para a

compreensão do símbolo e do imaginário relacionados ao espaço. E, no campo da memória, recorreremos a Bosi (1992), Halbwachs (1990) e Le Goff (1992).

Os trabalhos de Castro (1992 e 1997), Santos (1999) e Ivo (1998), também foram essenciais para o estabelecimento das conexões pertinentes entre o território, o símbolo e o poder.

Como a consulta plebiscitária ocorreu na década de 1980, foi preciso delimitar a faixa etária dos entrevistados. As pessoas selecionadas foram as que tinham acima de 40 anos, acima de 25 anos na época, podendo absorver melhor o fato político, objeto do nosso estudo, e, portanto, contribuir de forma mais efetiva.

Foram realizadas 16 entrevistas, sendo 2 em Vitória da Conquista, 4 no povoado da Roseira, 1 em Lagoa D'água e 09 na sede do distrito de José Gonçalves. O período de realização do trabalho de campo se deu entre junho e dezembro de 2001¹.

Entre aqueles que compuseram o quadro dos entrevistados nós selecionamos: o povo do distrito, bem como lideranças comunitárias do mesmo; políticos da época que se envolveram no processo e lideranças do município de Anagé que participaram do plebiscito. Os entrevistados formaram a princípio três categorias: o povo, os políticos e as lideranças comunitárias.

As fontes documentais (manuscritas, impressas, iconográficas e orais etc.) utilizadas foram conseguidas através dos acervos do Museu Regional, da Biblioteca Central, do Laboratório de Cartografia da UESB, do Arquivo Municipal, bem como de acervo particular de moradores do distrito. As fontes orais foram adquiridas através de entrevistas semi-estruturadas, como mencionado anteriormente.

Desta forma, a pesquisa contou com a articulação de fontes diferenciadas, o que é extremamente significativo para um trabalho que teve na memória coletiva o seu eixo norteador.

O imaginário social e as questões territoriais

A geografia, como as demais ciências sociais, se desenvolveu calcada na razão iluminista dos séculos XVII e XVIII, com a objetividade necessária ao fazer científico e abandonando de seus embates tudo que não fosse explicado de acordo com os princípios racionais do método científico. E, foi nesta época que ocorreu uma busca na disciplina por fatores causais que elucidassem o conteúdo explicativo dos acontecimentos geográficos em função da possibilidade de objetivar relações de causa e efeito.

¹ A pesquisa a que se refere o artigo foi coordenada pelos professores Vicente de Paula da Silva e Geisa Flores Mendes, ambos do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e realizada em dois semestres, um para revisão bibliográfica e outro para o trabalho de campo (entrevistas, fotos e vivência). A mesma foi divulgada entre a comunidade acadêmica da UESB e UNEB através de comunicação oral em encontros regionais.

Qualquer referência à imagem, símbolo ou imaginário só recebia destaque se encabeçada à lógica objetiva da base material, sendo esses conceitos naturalmente decodificados como ideologia. Foi a partir dos anos 70, com a fenomenologia de Tuan, Buttimer, Relph, Mercer e Powell que, gradativamente, esta abordagem foi sendo introduzida em diferentes temáticas de estudos geográficos. A incorporação de tais conceitos, embora ainda objetos de polêmica, através da abordagem fenomenológica da Geografia Humanística contribuíram para ampliar a agenda temática e o campo empírico da disciplina.

No entanto, é importante estimular a busca de novos horizontes intelectuais para a explicação geográfica, que vão além, tanto da rigidez de um esquema explicativo universal, como da flexibilidade imaginativa e sensorial da corrente humanista. A necessidade das ciências ampliarem os limites explicativos além da razão da matriz iluminista, sem perder de vista o rigor do método, revela-se nas críticas cada vez mais ressonantes ao paradigma científico vigente.

Este poderoso instrumento metodológico (imaginário social), comumente explorado por outras áreas das ciências sociais como: a Antropologia, a História, a Filosofia e a Psicologia, e que ora buscamos introduzir a serviço da Geografia, pôde muito bem ser identificado nas palavras de Astúrias (apud TRINDADE & LAPLANTINE, 1997, p. 66):

Meu realismo é mágico porque ele se assemelha um pouco ao sonho tal como concebiam os surrealistas. Tal como o concebia também os Maias em seus textos sagrados. Lendo-os, me dei conta que existe uma realidade criada pela imaginação e que se reveste de tantos detalhes que se torna ela também tão 'real' quanto à outra.

O imaginário social, porém, se constitui de uma série de imagens carregadas de sentimentos e emoções, e elas são fornecidas também através do território, crivadas por sua vez de uma racionalidade pela qual o poder introduz e reproduz suas ideologias e sua base de ação material, de acordo com suas pretensões.

O imaginário social e os sistemas simbólicos são indispensáveis para manter a coesão social na lógica da acumulação capitalista, principalmente, numa época de acumulação flexível, onde se tenta impor a idéia de que a partir da globalização o mundo se torna homogeneizado. Para melhor apreender essas relações, vale ressaltar a afirmação de Teves (1992, p. 11), "as modificações ocorridas no homem não são frutos somente das formas de produção e subsistência, mas também das articulações do seu imaginário".

A realidade é sempre uma realidade para um indivíduo ou grupo, que compartilha o sentido dessa realidade. Contextualizando os sentidos e realidades é que Teves (1992, p.8) afirma ser "o olhar e não o olho que informa a existência mundana das coisas", neste sentido foi que buscamos no imaginário dos habitantes do distrito de José Gonçalves os vários olhares dispostos sobre o seu território e a função desempenhada por cada um deles.

De acordo com Teves (1992, p.8) investigar "uma realidade social, pressupõe contar com um conjunto coordenado de representações, uma estrutura de sentidos, de significados que circulam entre seus membros, mediante diferentes formas de linguagem: esse conjunto é o imaginário social".

Na tarefa de estabelecer uma relação entre o imaginário social e a concepção (vivenciada) do território, algumas idéias que estabelecem uma relação entre o racional e o simbólico na construção da Geografia serão imprescindíveis, conforme explicita Moreira (1993, p. 48):

A imagem não dissolve o racional, mas desnecessita da razão para legitimar-se como estatuto da realidade. Seja como for, a imagem deixa de ser o puro reflexo das formas do mundo objetivo no espelho da nossa sensibilidade, ou o puro afloramento do ser ou de uma razão recôndita que vem à tona para ordenar nossa percepção. Ao contrário, a imagem é a subjetividade histórica que culturalmente se explica e se basta.

Na paisagem encontramos os marcos da evolução histórica de um povo, tal propriedade da mesma já foi descrita por Santos (apud MOREIRA 1993), que dizia ser o espaço uma soma de tempos desiguais.

Para compreender com clareza essa acumulação desigual de tempos, na perspectiva do território como espaço vivido, é preciso elucidar alguns pontos: a) tal processo só se realiza com o auxílio da memória, e b) sendo a memória a base formadora do imaginário, ressaltamos que este possui potencialidades para oferecer ao pesquisador a visão do movimento de tempos desiguais (que expressam diferentes formações sócio-espaciais). Ressaltamos, ainda que existem outras formas, ou percursos para compreender essa dialética do território.

O conceito de território nesta perspectiva, não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, a idéia de território estaria intrinsecamente atrelada à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público (em qualquer esfera), quer ao poder das grandes empresas que estendem as suas ações sobre grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Com isso podemos considerar que

o imaginário político e território [...] decorre da acepção mínima da política como controle das paixões humanas e do território como o suporte material para a convivência necessária à liberação da energia inerente àquela pulsão. O imaginário social, por sua vez, é o cimento dessa coerência por tornar visível e interpretável os simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e com o seu meio, os quais materializa-se nos diferentes modos de organização sócio-espacial. (CASTRO, 1997, p. 155)

O território é fundamental para a reprodução de uma ordem já estabelecida. Não importa se essa ordem trará benefício ou não aos diretamente envolvidos –

a população –, que na maioria das vezes, não é consultada, e quando o é, não sabe os verdadeiros motivos e intenções que estão escondidos por trás de alguns discursos.

O território é o palco para criação e distribuição das imagens ao longo dos anos, em uma determinada porção do espaço, desempenhando papel importante na formação da memória coletiva. De acordo com Bosi (1992, p. 51)

Onde há povo, quer dizer, onde há vida popular razoavelmente articulada e estável [...], haverá sempre uma cultura tradicional, tanto material quanto simbólica, com o mínimo de espontaneidade, coerência e sentimento, se não consciência, da sua identidade. Essa cultura, basicamente oral, absorve, a seu modo e nos seus limites, noções e valores de outras faixas da sociedade, quer por meio da Igreja e do Estado (desde os tempos coloniais), quer por meio da escola, da propaganda, das múltiplas agências da indústria cultural; mas, assim fazendo, não se destrói definitivamente, como temem os saudosistas e almejam os modernizadores: apenas deixa que algumas das coisas e alguns símbolos mudem de aparência.

Esta característica humana de incorporar e dar sentido às imagens que os circundam tem sido usada pela igreja e pelo estado ao longo de décadas. Neste sentido Le Goff (1992, p. 475) nos diz ser a memória coletiva "parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento [...] lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção". E continua:

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escapam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, notadamente a do rádio e a da televisão. (p. 477)

A interpretação das paisagens contidas na memória coletiva das populações de determinados locais e em determinadas escalas temporais permitirá melhor compreender os processos que ali foram articulados no tempo e no espaço. Portanto, o espaço e o tempo serão delimitados cronologicamente em função da memória dos habitantes, seja apenas na lembrança ou até mesmo na literatura. Pois, tudo o que se refere à cultura popular enquanto fenômeno:

se marca historicamente, mas cuja data de instauração só pode ser estabelecida, sociológica e antropológicamente, mediante a constatação de situações em que novos e velhos modelos de vida sócio-culturais entram em conflito. [...] a cultura popular [...] perpetua, no entanto, por herança ou por descoberta, inúmeros de seus traços e padrões: a tradição, a analogia, a consideração dos fatos da natureza, a disposição mágica perante o mundo, ou sentimento da repetição. (XIDIEH apud BOSI, 1992, p. 387-388)

Portanto, é salutar ao geógrafo lançar mão do conhecimento adquirido a partir de análises feitas no território, levando-se em conta o imaginário social. A epistemologia deixa a responsabilidade para a Geografia sobre o debate envolvendo o espaço e as formas imaginativas, o que representa um avanço tanto para o tema em geral quanto para a disciplina em particular.

O estudo do espaço precisa considerar os sentimentos espaciais e as idéias de grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. Tuan (1983, p. 404) argumenta que existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, "extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas mais abstratas".

O espaço vivido segundo Isnard (1982, p. 71) é também um campo de representações simbólicas, rico em simbolismos que vão traduzir "em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, substituir, proteger-se sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura". Daí a importância de mergulhar no cotidiano dos moradores de José Gonçalves para procurar entender as relações que se passam naquele espaço.

A importância cotidiana do espaço: as micro-territorialidades do dia-a-dia

Os estudiosos da nossa sociedade negligenciaram um dado central para a própria organização social humana – o espaço social, ao passo que o Estado sempre considerou essas questões espaciais. Um questionamento se impõe: até que ponto o Estado mascarou e/ou se aproveitou da espacialidade social? Se considerarmos no bojo dessas dúvidas levantadas todas as escalas (do local ao mundial), os estudos da geografia política sempre terão um lugar entre as ciências sociais, contudo reforçando nosso pensamento nós concordamos com Foucault (apud VESENTINI, 2000, p. 7) quando este se referiu ao espaço:

É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema histórico político: ou o espaço era remetido à 'natureza', à geografia física, ou era concebido como local de residência ou de expansão de um povo [...] o que importava era o substrato ou as fronteiras. Seria preciso fazer uma história dos espaços – que seria ao mesmo tempo uma história de poderes – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat.

Diante desta colocação inferimos acerca da importância cotidiana do espaço e das micro-territorialidades do dia-a-dia, ou seja, as táticas do habitat. Todas essas escalas se inscrevem num determinado modo de produção, que por sua vez ao ditar os ritmos da reprodução social também o fará no nível da reprodução espaço-territorial. Daí que uma análise mais aprofundada das artes de fazer,

conseqüentemente levará à compreensão de como o capital e o poder agem no dia-a-dia, com intuito de impor ao homem uma disciplina, para em seguida se reproduzir sem maiores problemas, ou seja, como estratégia para reduzir a intensidade dos conflitos de classe.

A territorialidade é uma característica marcante do ser humano, bem como das várias instituições políticas, econômicas e sociais. E, de acordo com Andrade (1995, p. 20), a expressão territorialidade pode ser encarada tanto com o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se a um Estado.

As relações de poder estão intrinsecamente ligadas à construção de territorialidades, e, ao estudarmos o território, estas relações não podem ser negligenciadas, correndo o risco de comprometer o entendimento de uma determinada realidade.

É importante esclarecer a relação entre o Imaginário Social e o território. Nesse sentido Halbwachs (apud MENDES 1950, p. 143), nos dá uma dimensão dessa relação ao afirmar que:

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma a outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no meio natural que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça essa ou aquela categoria de lembranças.

Com isso temos uma idéia da íntima relação entre o simbólico e o espaço (uma dialética da construção simultânea de um e outro). As imagens dispostas no espaço fornecem uma fundamentação vital para a memória coletiva e para o imaginário enquanto representação simbólica. Essas três categorias estão num dado cenário onde existe o exercício do poder, e uma relação delas com o território onde estão imersas. Dentro destas considerações é interessante compreender que:

O exercício do poder se faz sobre o conteúdo do espaço, transformado em território, não só pelas forças econômicas, mas também pelas raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados. A força do imaginário é (energia das massas) a única soldadura dos fragmentos dos territórios (NEVES, 1998, p. 272).

É evidente, contudo, que o conhecimento do território, em dias de intensa desterritorialização e conseqüente perda de identidade, fruto do intenso processo capitalista de globalização, que formata tudo como mercadoria, se impõe com

um interessante fato, pois "conhecer o território é, inicialmente conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro" (SILVA, 1998, p. 259).

Não existe nada na sociedade que não seja produzido, adquirido e apropriado. Originalmente a natureza se apresenta como um vasto terreno de nascimentos e as coisas nascem, crescem e morem. Um infinito se esconde sob esses termos, cabe reter isso: quem diz natureza, diz espontaneidade.

Vitória da Conquista: a formação territorial

Conhecer, mesmo que resumidamente os antecedentes históricos da formação territorial de Vitória da Conquista nos dará subsídio para entender a conformação atual do território do distrito de José Gonçalves, sob a administração de Vitória da Conquista.

Segundo fontes documentais, João da Silva Guimarães (bandeirante destacado para explorar o sertão da Ressaca) recebeu em 1750 a patente de Capitão da Companhia e Infantaria da Ordenança dos homens pardos do Arrebaldo. Sua tarefa como bandeirante foi iniciada em 1730 ou 1731, e segundo as descrições de Torres e Medeiros (1996), a penetração do Sertão da Ressaca por João da Silva Guimarães partiu da bacia do rio Paraguaçu para a bacia do rio de Contas seguindo pelo rio Gavião (afluente do rio de Contas).

Do rio Gavião seguiu para as terras do atual município de Bom Jesus da Serra, de onde se dirigiu da barra do Riachão do Gado Bravo (afluente do rio Gavião) até alcançar o lugar conhecido como batalha (terras do atual município de Vitória da Conquista).

Por volta de 1753, João Gonçalves da Costa², deu continuidade à conquista do Sertão da Ressaca, iniciada por João da Silva Guimarães. Em 1744 foi ele integrado a bandeira do mestre-de-campo João da Silva Guimarães, como capitão do terço de Henrique Dias, o que lhe acarretou algumas funções, dentre as quais, servir nas conquistas e descobrimentos do mestre-de-campo João da Silva Guimarães (IVO, 1998).

A tarefa a partir de então foi a de estabelecer bases territoriais no Sertão da Ressaca ficando a cargo de João Gonçalves da Costa, que tinha à sua disposição 70 armas de fogo, alguns barris de pólvora e 50 índios civilizados sob seu comando. O governador Conde da Ponte – autoridade da época, ficou satisfeito com a eficiência do bandeirante João Gonçalves da Costa, sentimento que ficou registrado em carta ao Visconde de Anadia em 1807 (IVO, 1998).

Depois de instalados no Planalto da Conquista, os Gonçalves da Costa procederam às divisões dos territórios conquistados tendo por critério o parentesco com o conquistador; e do casamento com Josefa Gonçalves da Costa, João

² que em 1744 recebe a patente de Capitão-mor do terço de Henrique Dias

Gonçalves da Costa teve oito (8) filhos, entre eles, José Gonçalves da Costa, que se instalou em terras do atual distrito (tendo na época posses na região) que carrega seu nome.

A Imperial Vila da Vitória foi criada por lei provincial nº 124 de 19 de maio de 1840, recebeu o nome de Conquista em 1891. A denominação Vitória da Conquista foi oficializada em 1943; e em 1960 o município foi desmembrado, perdendo cinco distritos.

Assim se originou o município de Vitória da Conquista, bem como os seus distritos, se configurando territorialmente na atual forma.

A emancipação de José Gonçalves no imaginário da população local

A consulta plebiscitária de José Gonçalves, distrito de Vitória da Conquista se deu no ano de 1984 e será analisada sob a ótica do imaginário social, contido na memória coletiva dos habitantes do lugar. É estudando o território que poderemos expor diretamente suas contradições, reproduzidas nas expressões dos seus atores sociais (os habitantes do distrito). Buscaremos então, mostrar a relação contraditória estabelecida entre os habitantes do distrito, e o poder político instituído da época; contradição que girou em torno do plebiscito, realizado para decidir pela emancipação (ou não) do local.

O argumento para os que defendiam a emancipação política do distrito era de que este atingiria o desenvolvimento e a independência política, com a geração de emprego e renda, pois criaria postos de trabalho com a vinda da prefeitura, câmara, fórum, escolas estaduais, hospitais dentre outros. Ao passo que dos que eram contra, justamente o oposto, de que o recém criado município não teria capacidade para pagar arcar com as responsabilidades de pagamento dos professores, do abastecimento de água, dentre outros serviços públicos de primeira necessidade.

Chegamos então à grande questão, desmitificar essa operação do poder com todo esse aparato simbólico, para usufruir uma situação social, historicamente construída (aqui nos referimos ao plebiscito, e a questões políticas daí decorrentes). Segundo Lefebvre (apud SANTOS, 1999, p.254), a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social em geral, daí a importância do que tem a nos dizer as pessoas que constroem o cotidiano do distrito.

O trabalho com o imaginário depende das impressões colhidas na memória dos moradores do território (independente da dimensão do mesmo) que são trazidas à tona através das entrevistas. As impressões decorrentes do contato com a população são um incessante devir, sendo preciso levar em conta "o fato de que o dizer é aberto. É só pro ilusão que se pensa poder dar 'a palavra final'. O dizer também não tem um começo verificável; o sentido está (sempre) em curso" (ORLANDI, 1998, p.11).

Aos vinte e cinco de novembro de 1984, foi realizado uma consulta plebiscitária no distrito de José Gonçalves, com vistas à emancipação política

que todo esse processo foi alimentado por motivações advindas de um conjunto de interesses oriundos ora das lideranças políticas, ora da população que almejava ver o seu distrito se elevar à categoria de cidade.

A emancipação do distrito para uns significava o progresso e o desenvolvimento, como podem ser observados nos fragmentos a seguir: *"é o sonho da gente aqui que volte a emancipar, porque é o único meio da gente ver desenvolver José Gonçalves e região, é com a emancipação"* (Sr. Graciano, novembro de 2001).

Mesmo para os políticos *"José Gonçalves tinha todas as condições para se tornar um município através da sua emancipação política. É uma região produtora de lavoura de subsistência e de pecuária de pequeno porte"* (Hélio Ribeiro, junho de 2001, secretário para assuntos distritais da PMVC).

Já para o Sr. Florisvaldo Leite (julho de 2001), *"parte da vontade de emancipar veio do povo e outra parte veio dos políticos. A maior parte dos políticos hoje só visa a parte dos políticos. O lado do povo é esquecido, então é bom que a gente pense um pouco nisso"*.

Boa parte da população tem um sentimento com relação à emancipação, pois acreditam que o futuro de José Gonçalves só ocorrerá com a sua independência política administrativa, é o que expressou o Sr. Graciano (novembro de 2001): *"tenho 43 anos, eu não olho por mim não, eu olho pelos meus filhos, que a gente quer o futuro para os filhos da gente, para os filhos da gente não sofrer o quanto a gente vem sofrendo"*.

Nas palavras da Sra. Valdeídes (junho de 2001), comerciante do local: *"Existe muita frustração, porque as pessoas de Caetanos, de Bom Jesus da Lapa e outros não estão arrependidas por estar sendo independentes de outra cidade"*. Já para a Sra. Venina (novembro de 2001), o povo de José Gonçalves hoje tem um anseio de ver o seu distrito emancipado: *"Pra ver se vinha alguma coisa a mais pra aqui, não é? Muitas pessoas falam que se arrependeu, né! Aqui teve o sim e o não, então falou que aqui iria arruinar, a gente votou tudo no não"*.

Para outros tal emancipação significaria um atraso, devido às dificuldades que um município recém-emancipado teria que enfrentar como a implementação de uma prefeitura, quadro de pessoal, maquinário e toda a sorte de aparelhamento necessário para sua autonomia, como fica explicitado nos fragmentos também a seguir: *"eu fui contra, votei contra porque o povo dizia que era Pedral que não queria, mas não era Pedral que não queria, quem não queria foi o povo, quem não quis foi o povo"* (Sra. Eudalgisa, julho de 2001).

Dona Flordinice (agosto de 2001), também deixou a sua impressão, ao dizer que também: *"era contra a emancipação de José Gonçalves. Porque [achava que] eles deveriam tomar mais um cuidado com o pessoal aqui da roça, aqui estava esquecido, deveria cuidar primeiramente daqui. Se emancipasse José Gonçalves, o novo município não teria condições de ser uma cidade"*.

Dona Valdeídes (junho de 2001) nos relatou que: *"a favor mesmo só foram os moradores da sede. Os contra foram a maioria da zona rural, os povoados"*

mais distantes aqui da sede, que tinha mais influência sobre Pedral os contra foi muitos, principalmente a prefeitura todinba".

A dona Elzenita (agosto de 2001), do povoado da Roseira, nos contou que quando chegou de São Paulo: "o pessoal aqui falava que se emancipasse ficaria pior. Na época eu votei no não, mas não sei nem o motivo para explicar".

O Sr. Nenzinho (agosto de 2001), também morador do povoado da Roseira, afirmou categoricamente: "nessa eleição aí eu era contra a emancipação, porque o prefeito Pedral era bom e ninguém queria a emancipação, sair de Conquista".

Nota-se claramente nos discursos que as razões se diferem um pouco, mas no fundo, os que votaram contra foram manipulados pela administração da época, comandada pelo prefeito Pedral Sampaio.

Vistos alguns fragmentos dos discursos contidos no imaginário dos habitantes, passaremos a mostrar a forma como o poder manipulou o imaginário dessa população, pois como bem ressaltou Halbwachs (1990, p.100): "em nosso pensamento, na realidade, cruzam-se a cada momento ou em cada período de seu desenvolvimento, muitas correntes que vão de uma consciência a outra, e das quais ele é o lugar de encontro".

Esta manipulação se deu através de coação, chantagem e outros artifícios, comumente utilizados pela maioria dos governantes. Muitos moradores foram coagidos a votar a favor do então prefeito, com medo de algum tipo de represália por parte da administração de Conquista, como se vê a seguir nas palavras do Sr. Florisvaldo Leite (julho de 2001):

A prefeitura de Conquista jogou o maquinário de Conquista todo aqui dentro e colocou na cabeça do povo que aquele maquinário era de Conquista, que se José Gonçalves se emancipasse, aquele maquinário iria voltar para Conquista e que José Gonçalves iria ficar esquecida enquanto não tivesse condição de comprar um maquinário daquele para trabalhar [...] que até as escolas poderiam fechar.

Dona Venina (junho de 2001) confirma ao dizer que "Pedral naquela época fez uma campanha grande junto com os cabos eleitorais e aí foi aonde que convenceu muitas pessoas que não tinha consciência. Ah! Manipulou! A gente que morou aqui que viu, ele fez até girandá⁴ de fogos para comemorar o não".

Considerações finais

O exercício do poder público pode inibir ou estimular identidades regionais, bem como forjá-las (CASTRO, 1992), essa foi a idéia que norteou toda a atuação do poder instituído na época (em todas as esferas – estadual e municipal).

⁴ [Do it. girandola.] S. f. 1. Roda ou travessão em que se reúne certo número de foguetes, que sobem e estouram simultaneamente (Aurélio Eletrônico Século XXI).

O processo de ocupação e construção do espaço pelos grupos sociais nos diversos municípios (e distritos) tem engendrado importantes diferenciações internas nos seus territórios, sejam estas de cunho sócio-econômico, político-social ou cultural. Estas diferenças, quando conscientizadas, tendem a gerar conflitos que não mais podem ser descartados das articulações práticas ou das reflexões teóricas. As mobilizações locais, que almejavam qualquer modificação política, incitaram os lados que se confrontavam a fazer prevalecer o seu interesse imediato, e esse processo teve claras implicações para o sistema político. Daí que a nossa análise considerou o território, como um produto histórico, não estando alheio à memória coletiva, nem tampouco às representações simbólicas. Nesse processo as sociedades criam o espaço e se tornam, muitas vezes, presas dele.

Contrariando o discurso oficial José Gonçalves possuía uma população em torno de 10.000 habitantes e uma infra-estrutura urbana satisfatória – colégio, igrejas, praças, ruas pavimentadas, chafariz público, pontos comerciais, energia elétrica, telefone, posto de saúde, etc. –, bem como uma localização privilegiada (próxima a BR-116) o que lhe confere uma posição de destaque, reunindo assim as condições técnicas expressa Lei Complementar 19/91 de 17/10/91⁵ (CARVALHO, 1997).

Para os habitantes de José Gonçalves, que já está há muito tempo adaptado ao cotidiano do distrito; não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhes representam os objetos exteriores. Isso nos dá uma idéia da dimensão e significado da relação entre o lugar e os seus moradores.

Não foi nossa intenção, em nenhum momento, privilegiar uma das partes envolvidas neste processo de emancipação política; procuramos apenas mostrar as contradições encontradas nos discursos oficiais e nas impressões colhidas no imaginário dos seus habitantes. O potencial que a informação joga na construção do espaço geográfico, bem como o poder simbólico, manipulado pela autoridade constituída, mas a nossa perspectiva teórica leva em conta que:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1992, p. 426)

Em contrapartida, a riqueza revelada pela memória e pelo imaginário, em sua ligação com o território, se mostrou para nós de forma surpreendente, tendo em vista que não tínhamos a dimensão do quanto a realidade é também dada a conhecer por esta ótica.

⁵ De acordo com Lei Complementar 19/91 de 17/10/91, que é posterior ao plebiscito, José Gonçalves à época, e ainda hoje, apresentava as condições necessárias para se tornar mais em mais um município baiano.

Confirmaram-se as nossas hipóteses, de que a memória social e o imaginário dos habitantes do distrito estudado foram capazes de nos fornecer a dimensão contraditória do processo emancipatório (consulta plebiscitária), fazendo-se perceber o apego do habitante pelo lugar, o jogo de interesses por parte das autoridades políticas da época, a manipulação por parte do poder instituído.

O distrito de José Gonçalves dado às transformações, jamais terá uma configuração definitiva, haja vista que até mesmo os próprios moradores, como no caso do povoado de Roseira se confundem em relação à questão espaço-territorial (uns acreditam pertencerem a Anagé, enquanto outros sabem se tratar de José Gonçalves, não tendo ao certo a percepção da fronteira).

Acreditamos que este estudo servirá de base para melhor compreender a região de Vitória da Conquista, e que foi além de nossas expectativas, revelando-nos fatos curiosos, surpreendentes, e inimagináveis, confirmando o potencial do imaginário social.

Fontes orais

Alberto Amorim Silva, chefe do cartório de José Gonçalves. José Gonçalves, 23 de julho de 2001 (manhã).

Ana Aguiar Teixeira, 60 anos, Dona de casa. José Gonçalves, 28 de junho de 2001 (manhã).

Elzenita de Andrade Oliveira, 42 anos, doméstica. Povoado da Roseira, José Gonçalves distrito de Vitória da Conquista, agosto de 2001 (tarde).

Eudalgisa Correia Meira, 58 anos, funcionária pública. Vitória da Conquista, 23 de julho de 2001 (manhã).

Flordinice Xavier de Amorim, 46 anos, doméstica. Povoado da Roseira, José Gonçalves distrito de Vitória da Conquista, agosto de 2001 (tarde).

Florisvaldo Leite, 76 anos, Comerciante aposentado. José Gonçalves, 28 de junho de 2001 (manhã).

Francisco Gomes de Amorim, 52 anos, trabalhador rural. Povoado da Roseira, José Gonçalves distrito de Vitória da Conquista, agosto de 2001 (tarde).

Graciano Andrade, 43 anos, aposentada (nascida e criada em José Gonçalves). José Gonçalves, novembro de 2001 (tarde).

Hélio Ribeiro, 65 anos, secretário para assuntos distritais da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 27 de junho de 2001 (manhã).

Joaquim Leite, 76 anos, aposentado (nascido e criado em José Gonçalves). José Gonçalves, novembro de 2001 (tarde).

Juracy Oliveira Galba, 68 anos, ex-vereador por duas gestões. Vitória da Conquista, 27 de junho de 2001 (noite).

Manoel Silva (Nenzinbo), 56 anos, trabalhador rural. Povoado da Roseira, José Gonçalves distrito de Vitória da Conquista, agosto de 2001 (tarde).

Mércia Gonçalves, 40 anos, Dona de casa. José Gonçalves, 28 de junho de 2001 (manhã).

Valdeides Rodrigues dos Santos, 41 anos, proprietária de bar no distrito. José Gonçalves, 28 de junho de 2001 (manhã).

Valdete Lopes, 66 anos, comerciante (vice-prefeito de Anagé). Lindo Horizonte, Anagé, Bahia, agosto de 2001 (tarde).

Referências

- ANDRADE, M. C. *A Questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, A. M. *A viabilidade dos governos locais*: O caso do Estado de Minas Gerais. Encontro de Geógrafos e América Latina, 6^o. Anais... realizado em 17 al 21 de Marzo de 1997 en Buenos Aires - Argentina: Facultad e Filosofía y Letras - UBA, 1997.
- CASTRO, I. E. *O mito da necessidade*: Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- _____. GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. (Org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*, Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.
- IVO, I. P. *A Tragédia do Tamanduá*: um estudo de caso do poder local e mandonismo no sertão da Bahia (dissertação de mestrado), FFLCH - UFMG, 1998.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. et al. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- MENDES, G. F. *A Escola Normal de Vitória da Conquista*: memória e representações. Dissertação de mestrado. UNIRIO/UESB, Rio de Janeiro, 2000.
- MOREIRA, R. *O racional e o simbólico na geografia*. In: SOUSA M.A.A. (org.). O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje, uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- NEVES, G. R. *Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades*: nos limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS et al. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. et al. *Território globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, A. C. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M. et al. *Território globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

TEVES, N. *O imaginário na configuração da realidade social*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

TRINDADE, L. S & LAPLANTINE, F. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção primeiros passos; n. 309.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a respectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VESENTINI, J. W. *Novas geopolíticas: as representações do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2000.